



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>PROCESSO</b>	<b>10380.007206/2004-29</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	3301-014.298 – 3 <sup>a</sup> SEÇÃO/3 <sup>a</sup> CÂMARA/1 <sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	26 de novembro de 2024
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	SAGANOR NORDESTE COMERCIO DE AUTOMOVEIS E SERVICOS LTDA
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI**

Período de apuração: 01/10/2000 a 31/10/2000

PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESISTÊNCIA DO RECURSO.

A renúncia à utilização da via administrativa por desistência, para inclusão do débito lançado em parcelamento, é razão para não conhecimento do recurso interposto relativamente à essa parte, objeto da desistência. O pedido de desistência formulado pelo contribuinte é direito potestativo, contra o qual não cabe oposição pelo julgador, sobretudo quando é condição imposta pela legislação para adesão ao parcelamento dos créditos tributários.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em não conhecer do recurso voluntário, vencido o Conselheiro Márcio José Pinto Ribeiro que lhe negava provimento.

Sala de Sessões, em 26 de novembro de 2024.

*Assinado Digitalmente*

**Bruno Minoru Takii – Relator**

*Assinado Digitalmente*

**Paulo Guilherme Deroulede – Presidente**

Participaram da sessão de julgamento os julgadores Marcio Jose Pinto Ribeiro, Oswaldo Goncalves de Castro Neto, Catarina Marques Morais de Lima (substituto[a] integral), Bruno Minoru Takii, Rachel Freixo Chaves, Paulo Guilherme Derouede (Presidente). Ausente o conselheiro Aniello Miranda Aufiero Junior, substituído pela conselheira Catarina Marques Morais de Lima.

## RELATÓRIO

Trata-se o presente caso de pedido de compensação indeferido, tendo-se utilizado créditos-prêmio de IPI de terceiro para a liquidação de débitos de PIS/COFINS referentes à competência de 10/2000, no valor total de R\$ 29.800,00 (PIS/Pasep: R\$ 5.300,00; COFINS: R\$ 24.500,00), conforme Despacho Decisório proferido em 12/08/2004, fundamentado nas IN SRF nº 41/2000, IN SRF nº 210/2002, IN SRF nº 226/2002.

Em 16/06/2006, a Recorrente apresentou a sua Manifestação de Inconformidade (fls. 37-65), tendo trazido os seguintes esclarecimentos e razões recursais:

- (a) Preambularmente, houve a apresentação da Reclamação nº 2.161 no STJ por parte da titular dos créditos, tendo sido prolatada decisão liminar que preservou a integridade das compensações realizadas;
- (b) Preliminarmente, apesar do desentranhamento (origem: PAF nº 10380.023291/00-69), houve a manutenção do CNPJ referente à empresa Simab (33.044.058/0001-96) neste processo, o que configura incorreta identificação do sujeito passivo, e, portanto, deve ser feito o devido saneamento processual, sendo correto o CNPJ nº 07.235.484/0001-05;
- (c) O direito creditório se refere ao crédito-prêmio de IPI instituído pelo Decreto-lei nº 491/69, e as instruções normativas (41/00, 226/02, 210/02, 460/04 e 600/05) não têm o condão de revogar incentivo fiscal, portanto, há insubstância da decisão por inobservância do devido processo legal, pois o pleito foi indeferido liminarmente, sem exame do mérito da questão, em detrimento do art. 28 do PAF;
- (d) Tendo em vista a legislação de regência da compensação, são inaplicáveis a IN SRF nº 41/2000 e o art. 30 da IN SRF nº 210/2002;
- (e) A empresa cedente dos créditos, Simab, tem o direito ao crédito-prêmio assegurado nos autos do processo judicial nº 2000.51.01.000732-3 ajuizado no âmbito do TRF da 2<sup>a</sup> Região, sendo que a autorização judicial menciona a possibilidade de transferência dos créditos para terceiros; a desconsideração de

provimento jurisdicional caracteriza flagrante ofensa aos princípios da justiça, da moralidade dos atos da administração pública e da segurança jurídica;

- (f) Houve a expedição de Documento Comprobatório de Compensação (DCC), sem possibilidade de revogação.

Em sessão de 29/01/2014, a DRJ julgou a Manifestação de Inconformidade improcedente (Acórdão nº 14-48.337 – fls. 150-156), pois haveria vedação legal à compensação administrativa de débitos com créditos de terceiros:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/10/2000 a 31/10/2000

COMPENSAÇÃO DE DÉBITO COM CRÉDITOS DE TERCEIROS.

IMPOSSIBILIDADE.

Sendo expressa a vedação legal, é impossível a compensação administrativa de débitos com créditos de terceiros.

Em 11/09/2014, a Recorrente apresentou o seu Recurso Voluntário (fls. 161-188), trazendo razões recursais semelhantes àquelas já apresentadas em sua Manifestação de Inconformidade.

Em sessão de 27/04/2021, esta Turma decidiu por converter o julgamento em diligência (fl. 217-221 – Resolução nº 3301-001.647), conforme razões transcritas a seguir:

“(...) Em preliminar, a Recorrente suscita a incorreta identificação do sujeito passivo nestes autos, uma vez que este processo encontrar-se-ia cadastrado em nome da empresa cedente dos créditos, Simab S/A, CNPJ 33.044.058/0001-96, e não do sujeito passivo das obrigações tributárias que gerariam o aludido processo.

Arecio.

O Despacho Decisório às fls. 14-16, exarado em 12/08/2004, expõe que o presente processo decorre do Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69, do qual foi desentranhado, devido à necessidade de saneamento processual, vez que deveria ter sido apresentado separadamente, em nome da empresa Saganor (contribuinte destes autos), e não como originalmente foi feito, em nome de Simab (cedente dos créditos).

Mais à frente destes autos, foi exarado o Despacho de fls. 113-114, em 30/06/2006, no qual foi constatado que os débitos objeto do presente pedido

foram transferidos para o PAES. No entanto, considera que essa inclusão no PAES foi indevida, com base no art. 5º, I, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25/08/2004, e, por essa razão, determina o encaminhamento dos autos ao grupo do PAES, para providenciar a exclusão dos débitos, e, posteriormente, ao grupo de restituição, para:

- i) transferir os débitos cadastrados neste processo para um novo, por representação;
- ii) prosseguir na cobrança dos referidos débitos; e
- iii) encaminhar o presente processo para a DRJ/Fortaleza.

**À fl. 140, há Despacho emitido em 22/10/2010, trazendo os seguintes esclarecimentos (destaque acrescido):**

[...]

*De forma indevida, os débitos foram incluídos na consolidação do Parcelamento Especial da Lei 10.684/2003 — PAES. Porém, em Despacho Decisório do Secat/DRF/FOR, no processo administrativo Nº 10380.000880/2007-25, os débitos em questão foram excluídos do PAES, conforme depreende do histórico do processo no extrato de fl. 126. Dessa forma, deve-se prosseguir a cobrança do crédito tributário.*

*Salienta-se que o cadastramento dos débitos de PIS e COFINS em análise foi feito na pessoa de SIMAB TRADING S/A COMERCIAL EXPORTADORA, CNPJ 33.044.058/0001-96, a qual cedeu o crédito para a SAGANOR S/A NORDESTE DE AUTOMOVEIS realizar a compensação. Porém, esta é que é a devedora. Portanto, o débito está cadastrado no CNPJ errado.*

*Diante do exposto, e em atendimento ao disposto no Despacho da Chefe do Seort de fls. 108 e 109, proponho o encaminhamento do presente processo ao SEORT/DRF/FOR para cobrança e demais providências necessárias.*

Como visto, já há notícia de novo processo administrativo relacionado ao assunto, a saber, 10380.000880/2007-25, bem como foi reafirmado o erro cadastral em relação ao CNPJ da parte interessada destes autos.

Em 03/11/2010, foi protocolizado o Processo de Representação nº 10380.014269/2010-80, conforme provas as fls. 142-145, para ajustar a situação cadastral da Contribuinte, bem como recepcionar os débitos compensados nestes autos.

Diante de todo esse relato e constatado que os presentes autos não estão devidamente instruídos com os extratos de cobrança e controle dos débitos neles tratados, restam dúvidas quanto à regularidade dos procedimentos efetuados pela Unidade de Origem.

Explico.

Sem o Extrato do Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69, demonstrando os dados referentes ao seu Interessado, CNPJ, débitos cadastrados e sistema de controle de débito (Profisc ou Sief), não é possível afirmar se, de fato, houve a regular transferência dos débitos daqueles autos para este (sob julgamento), uma vez que a forma mais célere, efetiva e eficaz de resolver a irregularidade cadastral, penso, seria simplesmente retificar os dados considerados incorretos no bojo daqueles próprios autos e dar a devida ciência de tais fatos à Contribuinte.

Ademais, esclareço que um erro nesse emaranhado de procedimentos da Unidade de Origem tem o condão de acarretar cobrança em duplicidade de débitos, tanto no Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69 quanto no Processo Administrativo nº 10380.014269/2010-80, ou até mesmo a instauração indevida de lide administrativa nos presentes autos, na hipótese de a Recorrente ter promovido a extinção dos débitos em questão de outra forma no bojo do Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69.”

Diante dessas razões, foram feitas as seguintes requisições à Unidade de Origem:

- (a) Apresentar atual Extrato do Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69;
- (b) Informar se os débitos compensados de PIS e Cofins, dos períodos de apuração 10/2000, nos valores respectivos de R\$ 5.300,00 e R\$ 24.500,00, foram excluídos do Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69 ou, se não, qual a situação atual desses débitos (cobrança, extinção, parcelamento etc.);
- (c) Informar qual a providência final adotada no Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69;
- (d) Informar se os débitos descritos na letra “b” se encontram controlados em outro processo de cobrança além dos aqui referenciados (10380.023291/00-69 e 10380.014269/2010-80);
- (e) Prestar outros esclarecimentos que entender pertinentes ao assunto.

Em resposta inicial (fls. 236-239), a Unidade de Origem:

- (a) Anexou o extrato do PAF nº 10380.023291/00-69 (fl. 226) – resposta ao item A;
- (b) Informou que os débitos compensados de PIS e Cofins, dos períodos de apuração 10/2000, nos valores respectivos de R\$ 5.300,00 e R\$ 24.500,00, estão relacionados no Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69, cuja situação

atual é ENCERRADO, com seus componentes extintos por parcelamento, conforme tela abaixo – resposta ao item B:

Processo N <sup>o</sup> 10380-023.291/00-69 - PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA										
CNPJ	Nome empresarial			Situação/Providência		Inicio da situação	Inicio da providência	Situações		
07.235.484/0001-05	SAGANOR NORDESTE COMERCIO DE AUTOMOVEIS E SERVICOS LTDA			ENCERRADO		11/11/2016		CT		

  

Informações gerais	Informações do processo	Crédito tributário / Redução	Valor calculado	Informações PROFISC
Informações do(s) CT original(is)				
<b>Receita</b>	PA/EX	Periodicidade	Expr. monetária	Vcto. principal
2172	10/2000	Mensal	REAL / BRASIL	14/11/2000
				Valor lançado principal
				Vcto. multa
				% Multa lanc.
				Total de CT: 2
1	24.500,00	0,00		
Extinções / Eventos / Saldo		Valor principal	% Multa	Valor referencial
Extinto - Parcelamento		24.500,00	0,00	
<b>Extinções / Eventos / Saldo</b>	<b>Valor principal</b>	<b>% Multa</b>	<b>Valor referencial</b>	<b>Situação do saldo</b>
2	5.300,00	0,00		
Extinto - Parcelamento		5.300,00	0,00	
Extinções / Eventos / Saldo		Valor principal	% Multa	Valor referencial
Extinto - Parcelamento		5.300,00	0,00	
Extinções / Eventos / Saldo				Situação do saldo
Extinto - Parcelamento				

(c) Informou que o Processo Administrativo nº 10380.023291/00-69 está na situação ENCERRADO, com os créditos tributários extintos por parcelamento, atualmente localizado no COMPROT no ARQUIVO DIGITAL e seus últimos eventos estão abaixo relacionados – resposta ao item C:

#### ^ Histórico de eventos

▼	Data do evento	Evento	Complemento	Situação anterior	Situação atual	Usuário	Terminal	Tipo de processo
▼	28/03/2023 12:04:01	Emissão do extrato de processo		ENCERRADO	ENCERRADO	36777870334	AC185428	PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA
▼	09/12/2021 09:54:16	Emissão do extrato de processo		ENCERRADO	ENCERRADO	02884748300	AC184D87	PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA
▼	23/06/2017 15:13:48	Emissão do extrato de encerramento		ENCERRADO	ENCERRADO	06176054320	00022546	PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA
▼	23/06/2017 14:44:13	Emissão do extrato de processo		ENCERRADO	ENCERRADO	06176054320	00022546	PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA
▼	11/12/2016 02:02:45	Encerramento do Processo por Quitação/Rescisão de Parcelamento	Lei 11.941/2009 Art. 1º	CONTROLE TRANSFERIDO PARA PARCELAMENTO	ENCERRADO	999999999999	L11941BE	PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA
▼	31/07/2015 12:07:40	Alteração do tipo físico do processo via e-Processo		CONTROLE TRANSFERIDO PARA PARCELAMENTO	CONTROLE TRANSFERIDO PARA PARCELAMENTO	14379554368	0A351858	PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA
▼	28/06/2011 02:18:57	Formalização e Concessão de Parcelamento	LEI 11.941/2009	ATIVO	CONTROLE TRANSFERIDO PARA PARCELAMENTO	999999999999	LEI11941	PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA
▼	28/06/2011 02:18:57	Desbloqueio de processo em negociação da Lei 11.941		ATIVO	ATIVO	999999999999	LEI11941	PROCESSO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO - COBRANÇA

Quanto ao questionamento sobre se os débitos estariam sendo controlados em outro processo (além dos processos 10380.023291/00-69 e 10380.014269/2010-80), em consulta

ao SIEF WEB, verificou-se que, aparentemente, os débitos foram transferidos para o Processo nº 10380.457206/2004-76.

Entretanto, consultas a esse processo não elencaram os débitos de PIS/COFINS do PA 10/2000 entre os seus créditos tributários, razão pela qual a Unidade de Origem encaminhou este processo à EQPAR/SRRF03, para auxílio na elaboração de resposta ao item D e, se cabível, também ao item E da Resolução do CARF.

A EQPAR, por sua vez (fls. 270-271), deu os seguintes esclarecimentos:

- (a) Processo nº 10380.457206/2004-76: trata-se do processo relativo ao PAES. Inicialmente, os débitos foram incluídos nesse processo, mas, por despacho proferido no processo em julgamento, determinando a sua exclusão, eles não foram consolidados nesse processo, tendo sido remanejados para cobrança no Processo nº 10380.014269/2010-80;
- (b) Processos nº 10380.023291/00-69 e 10380.014269/2010-80: em 25/09/2009, os débitos foram consolidados na modalidade da “Lei nº 11.941/2009-RFB Demais Débitos – art. 1º”, pois não haviam sido objeto de parcelamentos anteriores;
- (c) *“Pelo que foi exposto no item 3.a acima, pode-se perceber que o processo de nº. 10380.457206/2004-76 não controla os indigitados débitos de PIS e COFINS atinentes ao PA 10/2000, uma vez que tais débitos foram excluídos do PAES e do citado processo. Após a rescisão do parcelamento Lei nº. 11.941/2009-Art. 3º, os débitos remanescentes foram enviados à PGFN conforme extrato de folhas 227/234.”*

Não tendo a Recorrente se manifestado sobre as conclusões da diligência, o processo retornou ao CARF para julgamento.

É o relatório.

## VOTO

Conselheiro **Bruno Minoru Takii**, Relator

Os requisitos de admissibilidade do Recurso Voluntário já foram anteriormente analisados por esta Turma, de modo que passo à apreciação do caso.

Conforme esclarecido pela Unidade de Origem em retorno à diligência:

- (a) Os débitos que são objeto do presente processo foram inicialmente alocados no Processo nº 10380.023291/00-69;
- (b) Contudo, em razão de erro na identificação da peticionante, os débitos foram desentranhados do Processo nº 10380.023291/00-69, sendo transferidos para o presente processo em julgamento (Processo nº 10380.007206/2004-29);
- (c) Posteriormente, foi constatado que os débitos foram transferidos para o PAES, passando a ser controlados no Processo nº 10380.457206/2004-76. Entretanto, como a transferência se deu em desacordo com a legislação, foi proferido o despacho de fls. 113-114, onde se determinou a exclusão dos débitos do parcelamento – e, portanto, também desse processo –, e a sua transferência, por representação (em 03/11/2010), ao Processo nº 10380.014269/2010-80, prosseguindo-se com a cobrança;
- (d) Antes disso, porém, em 25/09/2009, os débitos foram consolidados na modalidade da “Lei nº 11.941/2009-RFB Demais Débitos – art. 1º”, pois não haviam sido objeto de parcelamentos anteriores.

A informação de que os débitos que são objeto do presente julgamento foram confessados na forma do artigo 5º da Lei nº 11.941/2009 e devidamente consolidados nesse parcelamento especial (REFIS) pode ser confirmada à fl. 256, referente ao “Recibo de Consolidação de Parcelamento de Dívidas não Parceladas Anteriormente – Art. 1º - Demais Débitos da RFB”:



**Ministério da Fazenda**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CNPJ:** 07.235.484/0001-05

**Nome Empresarial:** SAGANOR NORDESTE COMERCIO DE AUTOMOVEIS E SERVICOS LTDA

**RECIBO DE CONSOLIDAÇÃO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS NÃO PARCELADAS ANTERIORMENTE - ART. 1º -  
DEMAIS DÉBITOS NO ÂMBITO DA RFB**

**DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS SELECIONADOS PARA CONSOLIDAÇÃO**  
**Data da Consolidação: 25/09/2009**

**CNPJ:** 07.235.484/0001-05

**Débitos do Processo:** 10380.023.291/00-69

Código de Receita	PA	Moeda	Venceto	Saldo Originário	Valor Principal R\$	Valor da Multa R\$	Valor dos Juros R\$	Valor Consolidado sem Reduções R\$	Situação do Débito
8109	01/10/2000	REAL	14/11/2000	5.300,00	5.300,00	1.060,00	7.087,69	13.447,69	Em Cobrança
2172	01/10/2000	REAL	14/11/2000	24.500,00	24.500,00	4.900,00	32.763,85	62.163,85	Em Cobrança

E uma vez confirmada a ocorrência de adesão a parcelamento, tem-se por confirmada a desistência recursal, nos termos do artigo 133, §§2º e 3º do RICARF, razão pela não qual não se pode conhecer do recurso:

Art. 133. O recorrente poderá, em qualquer fase processual, desistir do recurso em tramitação.

§ 1º A desistência será manifestada em petição ou a termo nos autos do processo.

§ 2º O pedido de parcelamento, a confissão irretratável de dívida, a extinção sem ressalva do débito, por qualquer de suas modalidades, ou a propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda Nacional, de ação judicial com o mesmo objeto, importa a desistência do recurso.

§ 3º No caso de desistência, pedido de parcelamento, confissão irretratável de dívida e de extinção sem ressalva de débito, estará configurada renúncia ao direito sobre o qual se funda o recurso interposto pelo sujeito passivo, inclusive na hipótese de já ter ocorrido decisão favorável ao recorrente.

### Conclusão

Diante do exposto, voto por não conhecer do Recurso Voluntário.

*Assinado Digitalmente*

**Bruno Minoru Takii**